

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas

Deputado Pedro do Carmo

**Assunto:** Requerimento para audição urgente da Ministra da Agricultura e Alimentação

O IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.), entidade pagadora de apoios comunitários, divulgou recentemente o calendário de pagamentos comunitários relativos à campanha agrícola 2023/24, onde se verifica que mais de 90% dos pagamentos comunitários do PEPAC (PU) se irão processar somente no final do mês de novembro de 2023.

Esta previsão de pagamentos contradiz de forma grave o compromisso da Sra. Ministra da Agricultura e Alimentação assumido em diversas ocasiões, inclusive em sede de audição parlamentar, de que os problemas que levaram ao alargamento do prazo para apresentação de candidaturas, não colocariam em causa o pagamento adiantado de 70% das ajudas diretas do PEPAC (“Apoio Rendimento Base”), durante o mês de outubro de 2023.

Com o calendário dos pagamentos comunitários agora divulgados, o Governo está não só a falhar um compromisso político, mas também a empurrar os agricultores nacionais para uma desvantagem concorrencial face aos seus parceiros comunitários, e pior, a colocar em risco a sustentabilidade económica das explorações agrícolas que têm obrigações financeiras junto da banca.

Face ao exposto, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requerem a audição urgente, na Comissão de Agricultura e Pescas, da Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação para expor as razões concretas que levaram ao incumprimento do “aludido compromisso” e que estão a conduzir, designadamente, ao atraso nos

pagamentos dos devidos adiantamentos aos agricultores no âmbito do “Pedido Único”, e ainda, das medidas previstas para minimizar os efeitos graves que tal situação poderá provocar na sustentabilidade económica das explorações agrícolas beneficiárias. Mais se pretende que a Sra. Ministra da Agricultura e Alimentação esclareça sobre o ponto de situação atual do PEPAC, designadamente se os problemas que levaram a sucessivas prorrogações do prazo para apresentação de candidaturas ao Pedido Único já estão solucionados, ou se existe risco de voltarem a acontecer no próximo ano.

Palácio de São Bento, 21 de setembro de 2023

Os Deputados do PSD